

Projeto proíbe reajuste de servidores, exceto de militares

Anunciado na segunda-feira, 15, pela equipe econômica do Governo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (PLDO) proíbe reajuste salarial de todas as carreiras federais, exceto de militares, e não prevê realização de concursos públicos, conforme a Condsef/Fenadsef já havia adiantado. A avaliação é de que o primeiro trimestre de 2019 teve déficit primário de R\$ 139 bilhões, maior do que o dado de 2018, e a meta do Governo é diminuir este número para um negativo de R\$ 31,4 bilhões até 2022. Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro prometeu zerar este déficit, mas pela previsão da equipe econômica, não será possível cumprir o que foi anunciado. O plano de enxugamento das contas públicas ampara-se especialmente no corte de cargos públicos federais e na alteração da Previdência Social, segundo anunciado pelo Secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

A proposta de mudanças na aposentadoria dos brasileiros foi encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional em fevereiro. A carreira militar não foi incorporada no texto que vale para cargos civis, ganhando um projeto de lei específico, que aumenta benefícios para compensar a restrição previdenciária. A previsão é de que a reestruturação as carreiras militares custem aos cofres públicos mais de R\$ 86 bilhões em dez anos. A manhã desta terça-feira, 16, foi marcada por Sessão Solene na Câmara



Federal em homenagem ao Dia Nacional do Exército e contou com o plenário lotado de militares.

Patrimônio público enfraquecido

O Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, lamenta que o Governo encare os servidores públicos e direitos fundamentais conquistados pela classe trabalhadora como "gasto". "Enquanto dizem que o serviço público é um 'gasto', nós vemos como o investimento mais importante que existe na esfera pública, tendo-se em vista que somos nós os responsáveis pelo atendimento de qualidade, pela dinâmica dos serviços e pela fiscalização íntegra das atividades dos governos temporários. Se hoje os órgãos públicos estão sucateados, a culpa é da falta de investimentos, que aumenta a cada dia. Sem valorização dos servidores públicos federais e sem realização de concursos, o Estado está fadado ao fracasso", explica. "A solução que vão dar é de privatizações, o que é muito perigoso, porque tira riquezas públicas, que são de todos, para colocar nas mãos de poucos empresários privilegiados que lucrarão às custas de corrupções escondidas pela ausên-

cia de transparência no setor privado", completa.

Estados Unidos, Japão, Reino Unido, França, Canadá, Espanha e diversos outros países com fortes economias têm as maiores dívidas públicas do mundo, de acordo com a plataforma de economia Trading Economics. Apesar dos déficits, tais nações (exceto Japão) proporcionalmente têm mais servidores públicos do que o Brasil, como divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O analista técnico do Dieese na Condsef/Fenadsef, Juliano Musse, argumenta que o déficit primário deve ser resolvido, mas não será com a Reforma da Previdência. "A PEC 6 mascara mudanças para atender o mercado financeiro privado. Não há preocupação real de resolver o problema fiscal. Se houvesse, não haveria proposta de capitalização e não seria uma mudança abrupta, sem diálogo com o movimento sindical", comenta. "É uma cortina de fumaça para mascarar o interesse de mercado", reforça. Não à toa, "mercado" e privatizações" foram uma das palavras mais proferidas por Waldery Rodrigues durante apresentação do PLDO 2020.

Fonte: Condsef

FERIADO DE
SEXTA-FEIRA SANTA
E PÁSCOA

Informamos aos nossos filiados e colaboradores que não haverá expediente no Sindsep/MA nos dias 18 e 19 de abril (quinta e sexta-feira) em função do feriado de Sexta-feira Santa e Páscoa.

Pedimos a compreensão de todos e desejamos uma boa Páscoa.

A Direção



NÓS SINDICALIZADOS, SOMOS A LINHA DE FRENTE NA DEFESA DO NOSSO SINDICATO !



A direção do SINDSEP/MA informa aos seus filiados que em função da **Medida Provisória 873**, o Ministério da Economia **não fez o desconto consignado da contribuição mensal para o sindicato**. Essa é mais uma atitude do governo para enfraquecer os sindicatos e tentar impedir a mobilização dos trabalhadores contra a Reforma da Previdência.

Para continuar a trabalhar na defesa dos direitos e organização dos servidores, a direção solicita que seus filiados entrem em contato por telefone ou compareçam diretamente ao sindicato em São Luís ou nas Secretarias Regionais para obterem mais informações e/ou efetuem o pagamento da mensalidade sindical.

Não podemos esquecer as conquistas que obtivemos através das lutas do Sindsep/MA e, agora precisamos preservar essas vitórias através do fortalecimento de nossa entidade.

Nenhum direito a menos!

A Diretoria

Nesse primeiro momento os filiados poderão efetuar o pagamento através de transferência ou depósito bancário para as contas do SINDSEP/MA:

Banco do Brasil - Agência 020-5, Conta Corrente 148581-4 ou

Caixa Econômica - Agência 0027, Operação 003, Conta Corrente 3162-5.